



Jornal do MAB

Edição nº 38 | Janeiro 2026



Foto: Klézi Martins / MAB

Boas vindas a 2026, ano de muitos desafios

Viveremos em 2026 um cenário mundial de enorme **disputa pela hegemonia**, com grande ascensão da China e dos Brics, como construtores de uma nova ordem mundial, e a reação violenta e ameaçadora dos Estados Unidos e parte dos países europeus, que querem permanecer mandando, explorando e oprimindo a maior parte da humanidade. No caso brasileiro, novamente dentro deste cenário mundial, haverá **disputa eleitoral** para eleger deputados, senadores, governadores e a presidência da República.

Prevemos que o fascismo, as ideias conservadoras e atrasadas tentarão influenciar parcelas do povo brasileiro e mundial. Isso nos exige consolidar um **processo de luta popular** com o conjunto de organizações da classe trabalhadora, para a construção de um projeto popular de desen-

volvimento soberano. Do ponto de vista das lutas das populações atingidas por barragens, crimes socioambientais e crise climática, **precisamos fortalecer e ampliar nossa organização nos estados, regiões e territórios**. Esta é uma condição para avançarmos em nossas pautas e exigirmos que o Estado e os governos criem mecanismos que possam concretizar as nossas reivindicações. A regulamentação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas (PNAB), recursos para atendimento das pautas e um órgão que articule e coordene as ações do governo são os pontos prioritários.

Ainda temos desafios de caráter internacionalista e de solidariedade com outros povos em luta no mundo. Temos que fazer de tudo para consolidar a construção do Movimento Internacional

dos Atingidos e sempre nos manifestarmos, nos organizarmos e nos somarmos aos esforços de denúncia frente às agressões imperialistas. Nosso total e irrestrito apoio ao povo palestino, vítima de um genocídio e ao povo cubano e venezuelano, sistematicamente ameaçados pelo imperialismo estadunidense.

Neste contexto, entendemos a importância de **consolidarmos uma frente política e social que reeleja o presidente Lula** e o máximo de governadores e parlamentares progressistas, derrotando eleitoralmente a direita. Neste cenário desafiador, nos encontramos e desejamos à todas e todos um 2026 repleto de saúde, esperança e felicidade. Que não nos falte coragem e vontade de construirmos um mundo melhor e um Brasil soberano, próspero e feliz.

PNAB sem regulamentação: governo ainda deve respostas aos atingidos por barragens pag. 03

Movimento Internacional dos Atingidos: um caminho em construção pag.04

Resultado da COP30 prova que o capital não vai resolver a crise climática pag.06

Dez anos do crime da Vale em Mariana: memória, luta e um novo ciclo pela reparação integral

Uma década após o rompimento da Barragem de Fundão, o MAB luta por reparação integral, denuncia violações, destaca o reconhecimento do Extremo Sul da Bahia e cobra participação popular na execução do novo acordo homologado pelo presidente Lula

por Amanna Brito e Thiago Alves

Em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP marcou para sempre a história do país. A lama, que matou 19 pessoas, provocou um aborto forçado e destruiu comunidades inteiras, percorreu mais de 800 km até o mar, contaminando rios, solos e modos de vida em 49 municípios de **Minas Gerais** ao **Espírito Santo**, além do **Extremo Sul da Bahia**, onde centenas de famílias ainda lutam para serem reconhecidas como atingidas.

Ao longo desta década, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) esteve presente em cada território violado, **organizando as famílias, denunciando injustiças e impedindo que a pauta da reparação fosse controlada pelas mineradoras ou pela burocracia do Estado**. A mobilização popular também expôs a insuficiência dos dois primeiros acordos, conduzidos pelas próprias empresas responsáveis pelo crime e que, **mesmo após 10 anos, não garantiram moradia digna, reparação ambiental, nem justiça**.

Em 2024, um novo marco alterou

o cenário: o **Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce**, homologado pelo STF, que transfere ao Estado brasileiro a responsabilidade direta pela reparação coletiva, algo que jamais avançou sob comando das mineradoras. Para Letícia Oliveira, da coordenação nacional do MAB, o acordo abre possibilidades, mas só produzirá resultados reais com pressão e participação popular: *“Esse acordo pode avançar mais do que tudo o que vimos em 10 anos, mas isso só vai acontecer se os atingidos participarem de forma ativa da execução, porque não fomos ouvidos na construção dele”*.

O novo momento ganhou força com a visita do presidente Lula à Mariana, em junho de 2025, quando anunciou programas de saúde, moradia, renda, saneamento e fortalecimento do SUS para toda a bacia. Mas os desafios permanecem grandes: reassentamentos seguem incompletos, pedidos de reconhecimento continuam negados e regiões como Nova Viçosa, Alcobaça, Mucuri, Prado e Caravelas, na Bahia, ainda lutam para que o Estado reconheça os danos sofridos

por cerca de 18 mil pessoas da cadeia da pesca. A impunidade dos responsáveis segue como ferida aberta. *“É um absurdo que ninguém tenha sido punido. A falta de responsabilização abriu caminho para que um novo crime acontecesse, como em Brumadinho”*, denuncia Letícia.

Pedro Gonzaga, da coordenação estadual do MAB, afirma que o movimento construiu um conjunto de missões voltadas a garantir direitos e condições dignas de vida, o que depende da atuação do Estado e da organização popular. Segundo ele, a luta se orienta por sete missões: acesso à água de qualidade e soberania alimentar; acesso à terra por reforma agrária, reassentamentos e regularização fundiária; moradia digna; educação, tecnologia e trabalho; fortalecimento do SUS e do SUAS; defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais, com reconhecimento e demarcação territorial; e reparação com controle popular, ampliando a participação social e implementação da PNAB.

A história dos atingidos pela Barragem de Fundão é a história da luta por memória, justiça e participação popular. Enquanto houver comunidades sem água segura, sem moradia, sem reconhecimento e sem justiça, seguirá viva a luta por reparação integral e soberania popular na Bacia do Rio Doce. **Mesmo diante de tantas violações, resiste a força de um povo que se organiza, reivindica, pressiona e conquista**. É essa força que inaugura uma nova etapa, marcada pela disputa, pela implementação do acordo, pelo controle social dos recursos e pela reparação coletiva negada há uma década.



PNAB sem regulamentação: governo ainda deve respostas aos atingidos por barragens

MAB cobra ações práticas em 2026 para que a Política saia do papel e proteja a população, que segue vulnerável diante de possíveis novos crimes socioambientais

por Camila Fróis



Dois anos após sanção presidencial, a **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)** continua sem efeitos práticos significativos e nacionais. A ausência de regulamentação, estrutura estatal responsável e previsão orçamentária específica impede que a lei seja efetivada. Sem esses instrumentos, não há mecanismos para prevenir violações, organizar respostas a desastres ou financiar reparações. O cenário se agrava diante do avanço das crises climáticas, que elevam o risco de rompimentos de barragens e outros impactos socioambientais em todo o país.

Sancionada em dezembro de 2023, **a PNAB foi o primeiro marco legal federal a reconhecer quem são os atingidos por barragens** - sejam ligadas à geração de energia, mineração, irrigação, abastecimento urbano ou rejeitos - e a tratá-los como sujeitos de direitos. A lei garante medidas essenciais, como reassentamento digno, indenização justa e prévia, compensação por danos imateriais, participação informada, assessoria técnica independente, transparência nos cadastros e planos de desenvolvimento econômico e social.

Nenhum desses direitos se concretiza sem regulamentação, que estabelece procedimentos, responsabilidades, fontes de financiamento e o funcionamento dos comitês locais. *“A aprovação*

da PNAB foi simbólica, mas sem estrutura e sem regulamentação, ela não garante a reparação dos direitos dos atingidos e a prevenção de futuros desastres”, afirma Robson Formica, da coordenação nacional do MAB.

A aprovação da lei é resultado de mais de 30 anos de mobilização das comunidades atingidas organizadas no MAB. O avanço legislativo só ocorreu após forte pressão do movimento, que culminou na Jornada Nacional de Lutas (2023), quando centenas de atingidos ocuparam Brasília (DF) e destravaram a votação do projeto no Senado.

Segundo Formica, agora é fundamental que o governo qualifique sua relação com essas populações. *“Precisamos avançar na regulamentação, na definição orçamentária e na criação de uma estrutura de Estado. Com esse intuito, o MAB defende a importância de um órgão federal capaz de coordenar ações de reconstrução em territórios afetados tanto por barragens quanto por desastres climáticos”*, explica.

A coordenação do MAB destaca que **a regulamentação precisa garantir participação popular** na definição de critérios, procedimentos e responsabilidades da política. Outro ponto central é a constituição de um fundo público de reparação e desenvolvimento, abastecido por receitas já existentes, como a Compensação

Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Para o MAB, destinar uma fração desses recursos garantiria financiamento contínuo para reparações e ações estruturantes nos territórios atingidos.

Durante a mobilização nacional de 2023, o governo entregou ao MAB uma carta-compromisso **reconhecendo a dívida histórica do Estado com as populações atingidas**. No documento, a Secretaria-Geral da Presidência declarou: *“Reafirmamos nosso compromisso de centralizar, coordenar e monitorar as tratativas referentes à pauta de reivindicações apresentada pelo MAB ao governo federal, através de canais permanentes de diálogo e negociação”*. Também houve promessa explícita de regulamentação: *“A Secretaria assume o compromisso de articular e coordenar os órgãos de governo para que a proposta de regulamentação da PNAB seja produzida no menor prazo possível e em diálogo com os atingidos e atingidas do MAB”*.

Até o momento, nenhum desses compromissos foi cumprido. A demora preocupa, em um país marcado por enchentes recordes, chuvas intensas, secas extremas e a expansão de empreendimentos que tendem a se tornar mais inseguros com a aprovação do chamado PL da Devastação (2.159/2021). Esses fatores ampliam o número de atingidos e reforçam a urgência de políticas preventivas e de reparação.

Sem regulamentação, a PNAB não orienta reparações, não coordena respostas emergenciais, não estabelece parâmetros de prevenção e não estrutura políticas públicas para populações afetadas por obras, rompimentos, alagamentos ou contaminações. Nos territórios, permanece a cobrança para que a política finalmente saia do papel no próximo semestre, antes do período de campanha eleitoral.

Uma publicação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Produção: Coletivo Nacional de Comunicação do MAB | Revisão: Dalila Santos

Projeto Gráfico: Gabrielle Sodré | Tiragem: 20.000 exemplares

Movimento Internacional dos Atingidos: um caminho em construção

Encontro lançou processo de construção do Movimento Internacional dos Atingidos, com participação de atingidos de todos os continentes

por Luiz Dalla Costa, da Coordenação Provisória do MAR, Juan Francisco e María de los Ángeles, da Secretaria Internacional do MAR



Foto: Joyce Silva / MAB

O IV Encontro Internacional de Comunidades Atingidas por Barragens e pela Crise Climática foi realizado de 7 a 12 de novembro na cidade de Belém, na Amazônia brasileira, com a participação de aproximadamente 200 delegados internacionais de 39 países em cinco continentes. Essa participação se estendeu à Cúpula dos Povos.

Este Encontro Internacional, não temos dúvida, é um Encontro Histórico.

O lançamento do Movimento Internacional demonstra o desejo de uma enorme quantidade de pessoas unidas na luta contra um inimigo comum: o sistema capitalista, responsável pelos impactos da crise climática, da construção de barragens, dos crimes socioambientais, da privatização da água e da energia e da expropriação de seus recursos comuns. Esse poder, operando sob um modelo de desenvolvimento, domina e restringe a soberania dos povos.

Para se chegar ao lançamento desta ousada organização internacionalista, há uma história de atividade política acumulada, mobilizações, processos organizacionais, alianças e ações de movimentos que fomentaram a construção deste movimento internacional.

Ao longo desse processo, vários

momentos importantes foram intencionalmente realizados, como: a decisão de construir um Curso em Realidades Latino-americanas, no ano de 2012, que construiu bases para o Lançamento do Movimiento de Afectados por Represas na América (MAR) no ano de 2016, em Chapecó, Santa Catarina, Brasil; o Primeiro Encontro Continental das Américas, realizado no Panamá em 2019, onde o Movimento se expandiu para outros países do continente.

Este processo ganhou força com a reunião internacional, por ocasião do primeiro aniversário do Crime de Brumadinho, em Minas Gerais, no Brasil, em 2020, com a participação de pessoas de vários países da América, da África e da Europa. Após a reunião de Brumadinho, seguiram-se atividades virtuais durante a pandemia, que culminaram em novo momento presencial em 2022, em Praia Grande - São Paulo, onde foram estabelecidos aspectos organizacionais e estratégicos para a construção do IV Encontro Internacional, constituído uma Coordenação Internacional Provisória e indicado que o IV Encontro Internacional seria na Amazônia Brasileira, em função da sua simbologia mundial.

Já em 2024, em Havana - Cuba, foram elaborados os objetivos

e temas a serem abordados no Encontro Internacional e acordados processos de acompanhamento continental pela Coordenação Provisória Internacional, que se desenvolveu junto com o curso sobre Realidades Americanas. E, finalmente, a realização da última reunião da Coordenação Provisória no Rio de Janeiro, em julho de 2025, que analisou o atual contexto mundial e dos continentes, decidiu a linha e os documentos preparatórios ao Encontro Internacional realizado em Belém do Pará, na Amazônia Brasileira.

Esse intenso trabalho, juntamente com os esforços para a realização dos Encontros Continentais realizados na América, na África, na Ásia e na Europa, em 2024 e 2025 - nos quais participaram mais de 62 países e mais de 300 delegados - demonstram a construção coletiva que tem caracterizado esse processo.

O nascente do Movimento Internacional dos Atingidos por Barragens, crimes socioambientais e a crise climática, em seu manifesto e anúncio público de 12 de novembro de 2025, resumiu os termos para a organização e lutas em 10 pontos centrais que elencamos a seguir:

Manifesto público e anúncio da construção do Movimento Internacional de populações atingidas por barragens, pelos crimes socioambientais e pela crise climática.

Reunidos em Belém, na Amazônia brasileira, durante o IV Encontro Internacional de Comunidades Atingidas por Barragens e Crise Climática, depois de termos realizado encontros continentais na África, na América, na Ásia e na Europa, envolvendo organizações de mais de 60 países, nos manifestamos nos seguintes termos:

1 - Em todos os países, devemos trabalhar pela união e entendimento da luta e da organização das populações atingidas;

2 - Consideramos que o atual modo de produção hegemônico é nosso inimigo. Este modo de produção, no atual momento, faz com que aumente exponencialmente o número de pessoas atingidas ou ameaçadas por empreendimentos, por políticas que favorecem a acumulação da riqueza nas mãos de poucos e pela iminente crise climática;

3 - Considerando esta dramática realidade, decidimos construir um Movimento Internacional dos Atingidos por Barragens, por Crimes Socioambientais e pela Crise Climática. Pretendemos ser um forte movimento de massas e de base, com realidades e identidades locais, regionais e nacionais, que responda às necessidades específicas das populações atingidas, para a construção de um projeto energético popular e lute para transformar pela raiz todas as estruturas injustas da sociedade;

4 - Nossa luta é contra todas as formas de exploração e opres-

são dos povos que trabalham e produzem a riqueza. O caráter de nossa luta é anticapitalista, anti-imperialista, antirracista, antipatriarcal, anti-LGTBfóbica e anticolonial;

5 - A mensagem política do Movimento articula o horizonte da transformação social, a conquista de direitos e uma adequada sustentabilidade ambiental;

6 - Persistiremos na construção nacional do Movimento em cada país, com protagonismo das populações atingidas, intencionalizando a participação de jovens e mulheres;

7 - A solidariedade internacionalista será uma premissa básica de nossa atuação;

8 - Estimularemos a pedagogia do exemplo, como a melhor forma de convencer todos para participarem da organização e das lutas;

9 - Uma coordenação inicial formulará um programa sistemáti-

co de formação de militantes e lideranças, com base na educação popular;

10 - Iremos fortalecer nosso trabalho construindo alianças com forças e organizações que compartilham os mesmos objetivos.

Hoje, após a histórica decisão de constituir-se, o movimento internacional dos atingidos encontra-se em fase de organização estratégica para o seu funcionamento. Entre seus desafios, está o fortalecimento de sua organização local, nacional e internacional com protagonismo dos atingidos. Também será necessário um ousado plano de lutas frente aos problemas enfrentados pelas milhões de famílias atingidas em todo o mundo, e um amplo e adequado plano de formação de militantes e lideranças.

O desafio está lançado: os atingidos precisam assumir o comando do seu próprio movimento internacional.

NOSSA
SOLIDARIEDADE
AO POVO
PALESTINO,
CUBANO E
VENEZUELANO.

APOIE AS
POPULAÇÕES
ATINGIDAS!



#MABemLuta
#AtingidosDoBrasil

Resultado da COP30 prova que o capital não vai resolver a crise climática

Com resultado aquém das expectativas, COP30 mostrou a importância das mobilizações populares frente às saídas do capital para a crise climática

por Elisa Mergulhão e Francisco Kelvim



Mais de 30 anos após sediar a conferência que inaugurou as discussões internacionais sobre as mudanças climáticas, a Eco 92, **pela primeira vez o Brasil foi sede de uma das Conferência das Partes (COP),** em Belém, no coração da Amazônia. O que era visto com grande expectativa, porém, teve um resultado bem inferior: **o documento final da conferência terminou sem citar os combustíveis fósseis** - cuja queima responde por 70% da emissão de gases de efeito estufa - **e o combate ao desmatamento.** O financiamento para adaptação, uma das prioridades da agenda, também ficou como uma vaga sinalização: fala em triplicar o financiamento, mas sem dizer de onde virá o recurso e nem como.

O presidente Lula, em seu discurso, pressionou pela criação de um “mapa do caminho” para o fim dos combustíveis fósseis, algo visto como muito audacioso e que ganhou apoio de vários países. Apesar disso, a proposta acabou ficando de fora do documento final. Com isso, a Colômbia propôs sediar um evento paralelo à estrutura da ONU em abril do ano que vem para discutir essa questão. A principal aposta do governo brasileiro, o **Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF),** acabou arrecadando menos do que o proposto. Embora trate de uma fonte de recursos que pode ajudar a frear a destruição

das florestas, o mecanismo está totalmente subordinado à lógica do capital financeiro e de mercantilização da natureza.

O resultado da COP se torna ainda mais desesperador ao ocorrer após atingirmos o ano mais quente da história em 2024, que inclusive ultrapassou o limite almejado no Acordo de Paris. O acordo, que completou 10 anos, colocou um **limite de aquecimento de 1,5 °C** para o qual cada país deve apresentar sua lição de casa: **a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).** No entanto, as NDCs até agora apresentadas são insuficientes para atingir esse objetivo e colocam o mundo numa perigosa trajetória de aquecimento. Esse resultado e a falta de consensos para chegarmos a avanços são resultado direto de um sequestro da agenda das COPs por setores econômicos, a derrocada da ordem liberal marcado pela hegemonia do Norte Global e, principalmente, **mostra o quanto o sistema capitalista tem se mostrado incapaz de resolver a crise climática causada por ele próprio.** A necessidade de manter funcionando o motor perpétuo da acumulação se sobrepôs ao imperativo de proteger a vida e o planeta.

CÚPULA DOS POVOS E A RESPOSTA QUE VEM DOS POVOS DO MUNDO

Fora da COP, as ruas de Belém

foram tomadas por mobilizações populares. O destaque foi a **Cúpula dos Povos,** que contou com a participação de mais de 20 mil pessoas, de 80 países, e ocupou o campus da UFPA para fazer um contraponto às soluções propostas pelo capital.

Foram mais de dois anos de construção, que envolveram mais de 1.500 organizações de todos os continentes em um intenso processo de convergência.

A Declaração da Cúpula afirma a necessidade de unificar as lutas e ampliar a organização dos povos do mundo para combater o inimigo comum: **o modo de produção capitalista, causador da crise climática.**

“Vamos enraizar nosso internacionalismo em cada território e fazer de cada território uma trincheira da luta internacional. É tempo de avançar de modo mais organizado, independente e unificado, para aumentar nossa consciência, força e combatividade. Este é o caminho para resistir e vencer” - Trecho da Declaração da Cúpula dos Povos.

A COP trouxe o mundo para perto da realidade da floresta, vista historicamente como uma fronteira de recursos para o capital, e que se aproxima de seu ponto de não retorno devido aos desmatamentos mas também como impacto da crise climática. E quem tem agido para protegê-la são os seus povos, que historicamente lutam contra a expropriação e em defesa da vida. Quem se maravilhou com o sabor do açaí com farinha, do tacacá, do tucupi, com os cheiros e cores do Ver-o-Peso, com o som do carimbó ecoando em cada esquina, precisa saber que **a cultura amazônica hoje celebrada é fruto de um duro processo de luta e resistência.** Essa foi a maior lição dessa COP: **somente os povos organizados e em luta têm as verdadeiras respostas para a crise climática.**

Atingidos do mundo



Moñeka Dioro, Ilhas Marianas

Ela é educadora, mãe e líder comunitária. Desde 2019, atua na Aliança para as Mudanças Climáticas da Micronésia (MCCA) e luta pela preservação das águas e contra as atividades militares dos EUA.

“Nossas comunidades enfrentam a contaminação nuclear, a elevação do nível do mar e a militarização crescente. Precisamos ser vigilantes. Se a guerra se tornar inevitável, será impossível proteger a Mãe Terra.



Damaris Sánchez, Panamá

Ela nasceu e cresceu cercada por montanhas e rios cristalinos. Hoje integra a Red Nacional en Defensa del Agua (RNDA), que defende o uso comunitário da água, promove a agroecologia e a formação popular.

O principal usuário da água é o Canal do Panamá, que gera economia, mas não traz benefícios às comunidades. Enquanto prédios de luxo têm água todos os dias, há vilarejos que passam semanas sem uma gota.



Iris Kashindi, República Democrática do Congo

Na capital Kinshasa, cresceu perto das barragens de Inga e agora luta contra a Inga 3, que amplia os danos gerados pelos projetos anteriores e potencializa injustiças.

Meu sonho é promover a luta contra o sistema e contra as barragens, forçando os governos a nos respeitarem e a garantirem nossos direitos. Temos as maiores barragens, mas não temos eletricidade, a energia não vai para as comunidades.



Hendro Sangkoyo, Indonésia

Arquipélago com mais de 17 mil ilhas, a Indonésia é o quarto país mais populoso do mundo. É lá que Hendro fundou a Escola da Economia Democrática, onde atua como educador e educando em iniciativas para o fortalecimento das comunidades locais.

Viver em uma ilha demanda uma abordagem diferente de sustentabilidade e gestão ambiental do que em grandes massas de terra como Brasil, América do Sul ou Ásia Continental.



Bertha Zuniga, Honduras

Ela nasceu e cresceu cercada por montanhas e rios cristalinos. Hoje integra a Red Nacional en Defensa del Agua (RNDA), que defende o uso comunitário da água, promove a agroecologia e a formação popular.

O principal usuário da água é o Canal do Panamá, que gera economia, mas não traz benefícios às comunidades. Enquanto prédios de luxo têm água todos os dias, há vilarejos que passam semanas sem uma gota.



Domi Lorenzo, Espanha

Militante da Aliança contra a Pobreza Energética (APE), ela é sinal forte da resistência das mulheres que enfrentam a privatização e a desigualdade no acesso à direitos básicos na Europa.

Desejo que ninguém passe pelo que minha família passou. Por isso, nosso objetivo é simples: que nenhuma família fique sem serviços básicos. A energia, a água e o gás não são mercadorias, são direitos que precisamos defender.

A crise de saúde dos atingidos é a face invisível do lucro do capital

O Brasil precisa com urgência de uma Política Nacional de Saúde dos Atingidos e Atingidas por Barragens e pela Crise Climática

por Moisés Borges e Carolina Scorce

Os estudos mais recentes produzidos pela Fiocruz em parceria com o MAB confirmam aquilo que os atingidos denunciam há décadas: o anúncio de uma barragem, sua implementação, operação e rompimentos **continuam produzindo adoecimento, violando direitos básicos e destruindo modos de vida inteiros** sem que exista, até hoje, uma política pública nacional de saúde para essas populações.

Segundo o levantamento apresentado no estudo **“Tecendo saberes na promoção de territórios sustentáveis e saudáveis”**, que analisou mais de 560 estudos sobre os impactos das barragens desde 1940, os projetos de barragens alteram de forma radical a organização social dos territórios, rompem laços comunitários, desmontam economias locais, destroem ambientes de convivência e desarticulam as formas tradicionais de cuidado. Essa ruptura territorial, econômica e cultural não é um efeito colateral, mas um mecanismo estruturante do atual modelo ener-

gético, que desloca comunidades para abrir espaço ao empreendimento e as deixa, depois, sem condições de reconstrução.

As consequências para à saúde são profundas: aumento de casos de depressão, ansiedade, isolamento, empobrecimento acelerado, insegurança alimentar e perda de autonomia sobre o próprio território. O documento afirma que a saúde dos atingidos só pode ser entendida pela **determinação social**, ou seja, pelo conjunto de processos que vinculam adoecimento à expropriação, à destruição dos modos de vida e à ausência de políticas públicas capazes de responder a essa realidade.

Os impactos na saúde das populações atingidas pela crise climática não são diferentes, a perda repentina de situações como moradia, alimentação, transporte, renda, educação, água potável, trabalho e acesso à terra agravam o adoecimento individual e coletivo. Sem políticas que articulem essas áreas, o direito à

saúde segue inviabilizado. E isso se potencializa porque milhares de famílias sequer são formalmente reconhecidas como atingidas, o que as impede de acessar programas de assistência, reparação e proteção social.

O Estado precisa com urgência reconhecer sua omissão histórica e efetivar o direito à saúde das populações atingidas através de uma **Política Nacional de Saúde das Populações Atingidas por Barragens e Crise Climática**, com diretrizes próprias, com protocolo de atendimento adequado e participação social. Ela deve complementar a Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), que aguarda regulamentação.

Na concepção do MAB, o adoecimento, individual e coletivo estão diretamente relacionados com a ação do capital, que expropria seus recursos e seus modos de vida com a participação e omissão do Estado. Por tanto, é fundamental que o Estado assuma e pague sua dívida histórica com as populações atingidas por barragens. Pagamento esse que só virá se os atingidos e atingidas seguirem usando da sua principal ferramenta de transformação social que é pressão popular.

Sem organização, formação e luta nada disso se efetivará. A luta pelos direitos das populações atingidas precisa estar vinculada à luta pelo **Projeto Energético Popular** para mudar pela raiz as estruturas injustas desta sociedade.

Saúde, água e energia não são mercadorias!

Atingidas em luta fortalecem a organização

Durante todo o ano, mulheres atingidas protagonizaram luta das populações atingidas por Coletivo Nacional de Mulheres do MAB



Foto: Gabriela Biló

Este foi um ano intenso, repleto de lutas e costurado por mãos de muitas mulheres atingidas Brasil afora. Em 2025 organizamos encontros, caminhadas, reuniões, estudos, exposições e a **Jornada Nacional de Lutas: Para Enfrentar o Fascismo, a Crise Climática e Avançar nos Direitos**.

Em Brasília, entre debates, marchas, feira cultural, ciranda infantil e atos de solidariedade afirmamos em nossa carta final: *“Somos as principais vítimas do processo de construção e dos crimes de rompimento de barragens,*

e também somos quem mais tem sofrido diante dos eventos extremos causados pela crise climática. Também estamos perdendo direitos, sendo ameaçadas e sofrendo violência diante da ascensão do fascismo”.

Denunciamos a crise climática causada pelo modelo de acumulação capitalista, o atual modelo energético, o patriarcado e a violência contra as mulheres, os ataques contra os direitos socioambientais no Congresso, a inaceitável e abusiva taxa de juros e o genocídio do povo Palestino por Israel.

Arpilleras: marcas da nossa memória e da nossa luta

O trabalho das atingidas com as arpilleras já é uma marca do MAB. É com este instrumento que fazemos o diálogo de temas sensíveis e complexos entre nós e levamos em forma de arte para reflexão da sociedade através das exposições.

Em 2025, as exposições regionais, estaduais, nacionais e internacionais levaram ao debate público temas como a crise climática, os crimes socioambientais e as consequências da construção de barragens. Tivemos arpilleras expostas em **Los Angeles**, em **Bogotá**, na **Áustria**, no MASP em **São Paulo**, no Encontro Internacional dos Atingidos e na Cúpula dos Povos, em **Belém**.

Cada peça construída e exposta reafirma que as mulheres, embora sejam as mais atingidas pelas mudanças do clima, são também **protagonistas na de-**

fesa do meio ambiente e dos direitos das populações atingidas, na busca por dignidade e na construção de uma vida mais justa e sustentável para todos.



Foto: horizont3000

Foto: Francisco Poner / MAB



Conquistas da luta coletiva do MAB 2025



Foto: Comunicação MAB DF



Foto: Ricardo Stuckert / PR



Foto: Geosela Ferreira / MAB



Foto: Nívea Magno / MAB

IBAMA NEGA LICENÇA PRÉVIA PARA TERMELÉTRICA NO DISTRITO FEDERAL

Neste ano, a população do Distrito Federal sofreu com a ameaça de construção da **Termelétrica Brasília**, um projeto com o potencial de dobrar as emissões de gases de efeito estufa do DF, demolir uma escola do campo com 500 estudantes, piorar a condição de saúde da população, poluir ainda mais as águas do Rio Melchior e encarecer a conta de luz. Finalmente, após muita pressão popular e análise técnica, **o Ibama decidiu negar a licença prévia ao projeto** de interesse de Carlos Suarez, o Rei do Gás. O MAB segue atento para novas ameaças e em defesa de uma transição energética popular para o Distrito Federal.

EM LINHARES (ES), LULA ENTREGA CARTÃO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DO RIO DOCE (PTR)

Pescadoras e agricultoras atingidas organizadas no MAB receberam o cartão do PTR em julho. O Programa é parte do novo acordo para reparação dos danos causados pelo **rompimento da Barragem de Fundão**, em Mariana (MG), e visa a manutenção da renda perdida pelas populações atingidas da Bacia do Rio Doce e Litoral Capixaba até a retomada produtiva de suas comunidades. A previsão é que o Programa beneficie cerca de **22 mil pescadores e 13,5 mil agricultores** do Espírito Santo e Minas Gerais.

BAHIA É O PRIMEIRO ESTADO DO BRASIL A IMPLEMENTAR A POLÍTICA NACIONAL DE DIREITO DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS (PNAB)

Após oito anos de conflito, famílias atingidas pela Barragem Baraúnas/Vazante, na Chapada Diamantina, conquistaram um marco histórico: a **assinatura do Termo de Compromisso Socioambiental**, que garante a implementação da PNAB e das Assessorias Técnicas Independentes. O acordo é resultado de mobilização do MAB e assegura mecanismos de participação informada, reparação integral e proteção ambiental, fortalecendo comunidades que sofrem violações de direitos e negligência desde o início do projeto.

EM MINAS GERAIS, MOBILIZAÇÃO GARANTE VOLTA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA OS ATINGIDOS

O MAB conseguiu uma grande conquista dos atingidos no estado. Após meses de mobilizações, ocupações e atos, o TJMG determinou a **retomada do Auxílio Financeiro Emergencial** para mais de 160 mil pessoas da Bacia do Paraopeba e da Represa de Três Marias. A vitória é fruto de uma Ação Civil Pública construída pelo MAB e associações parceiras, que denunciaram a fome e a vulnerabilidade geradas pelo corte do Programa de Transferência de Renda (PTR). A **decisão reafirma a aplicação da PNAB**, reconhece a continuação dos e obriga a Vale a restabelecer o auxílio até que haja reparação integral.

NO RIO GRANDE DO SUL, MAB É REFERÊNCIA PARA ATINGIDOS PELOS EVENTOS EXTREMOS DA CRISE CLIMÁTICA

Para pressionar os governos, o MAB mobilizou, em maio, atingidos de vários municípios do estado para ocupar as ruas de Porto Alegre. A ação manteve viva a memória das vítimas da grande **enchente de 2024**, garantiu alguns avanços na pauta do MAB, o lançamento do relatório de Direitos Humanos da CIDH e pesquisas da Fiocruz sobre a saúde dos atingidos. Nossa luta também garantiu um **projeto com a Fundação Banco do Brasil**, prevendo placas solares e apoio a quintais produtivos. Em Erechim, após o granizo, a resposta rápida dos atingidos consolidou o movimento como referência diante dos eventos climáticos extremos.

EM SÃO PAULO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIAS PARA A TRANSIÇÃO QUALIFICAM O TRABALHO COM AS FAMÍLIAS ATINGIDAS

No estado de São Paulo, foi encerrado o curso **“Mudanças Climáticas, desastres e direitos das populações atingidas”**, desenvolvido pelo MAB em parceria com a UFRRJ. A partir do curso e da atuação do movimento, houveram avanços no processo de elaboração sobre a reparação aos direitos das populações atingidas frente à crise climática. O MAB ainda conquistou **30 placas solares de aquecimento de água**, instaladas em residências das famílias atingidas moradoras na Zona Leste e Noroeste da capital paulista, gerando redução na conta de luz das famílias, demonstrando que é possível construir, com o povo, alternativas populares para uma transição energética popular.

MAB IMPULSIONA ARTICULAÇÃO POR DIREITOS APÓS DESASTRE EM RIO BONITO DO IGUAÇU (PR)

O MAB se destacou por ações emergenciais no Paraná após eventos climáticos extremos, como no caso do tornado. A atuação do movimento foi imediata, montando cozinha solidária, reconstrução das residências e a criação da **“Casa dos Atingidos”**, onde distribui água, alimentos, roupas e realiza cadastro e orientação às famílias para acesso a benefícios emergenciais. Também participou de reuniões com os governos municipais e Federal, com articulação ao FORSUS e FORSUAS. O movimento segue atuante, buscando soluções e defendendo políticas de enfrentamento a desastres.

MAB GARANTE O SANEAR AMAZÔNIA PARA RONDÔNIA APÓS LUTA INTENSA E COLETIVA

Fruto da organização das comunidades atingidas, Rondônia avança na implementação do **Sanear Amazônia**, garantindo a entrada do estado no programa após forte mobilização do MAB diante da cheia histórica de 2024, quando o movimento apresentou ao ministro Wellington Dias as demandas urgentes das famílias, assegurando a conquista. O projeto está levando água potável e saneamento a **800 famílias de 24 comunidades atingidas** em Porto Velho (RO), sendo **398 tecnologias sociais implementadas pela ADAI e 402 pelo IVR**. Idealizado pelo MDS e CNS, e implementado pelo Memorial Chico Mendes, o programa marca um avanço na soberania hídrica e na justiça social na Amazônia.



Foto: Victória Holzbach / MAB



Foto: Comunicação MAB SP



Foto: Jânifer Taina / MAB



Foto: Kléz Martins / MAB

Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia: rearticulação e novo ciclo de lutas em 2025

Retomada da Plataforma marca construção de pontos de análise do modelo energético e proposições para a transição energética

por Dalila Calisto

Após um período de baixa durante a pandemia, a Plataforma retomou sua organicidade e trabalho unitário em 2025. O foco central do trabalho este ano foi a construção de uma análise coletiva sobre a **Transição Energética Justa e Popular**, visando a incidência política na **Cúpula dos Povos, na COP30 e nas eleições de 2026**.

Em 2025, foram realizados três seminários nacionais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, envolvendo mais de 200 participantes, além de atividades em estados como o Rio Grande do Sul. Na Cúpula dos Povos, em Belém, a Plataforma coordenou o Eixo 3,

da Transição Justa, Popular e Inclusiva. Ao todo, reuniu mais de 1.000 pessoas do Brasil e de outros países nas duas atividades.

Como resultado deste processo, foi elaborado um documento político de análise do modelo energético brasileiro, que desdobrou na carta pública intitulada **“Transição energética justa, soberana e popular”**, apresentando a análise e os compromissos da Plataforma com o povo brasileiro.

A Plataforma se reafirma como um espaço fundamental de luta pela soberania e **por um projeto energético popular** para o

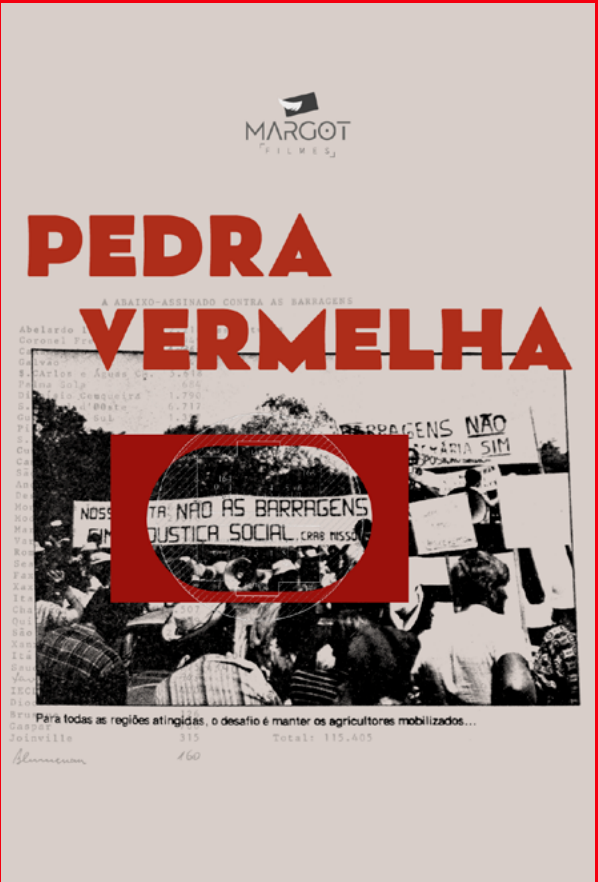
Brasil. E há mais de 15 anos, se desafia a integrar diversas organizações sindicais e populares e diferentes categorias de trabalhadores em torno da luta pela soberania nacional e popular no Brasil.

Leia a carta completa em:



Conheça os lançamentos do MAB em 2025!

O 5º livro da coleção **“Água, energia e sociedade”** e os documentários **“Veredas Sol e Lares”** e **“Pedra Vermelha”**.



SIGA O MAB NAS REDES

MAB.org.br
@MAB_Brasil
@mabbrasil

facebook.com/mabbrasil
youtube.com/mabbrasil
@atingidosporbarragens